

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

2ª Reunião Ordinária 15 de Maio de 2019 às 14:00 horas no Plenário D. Pedro I.

Presidente: Deputado Wellington Moura

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
1	Projeto de lei 23/2017 (Tramitação Urgência)	Deputado Hélio Nishimoto	Determina que a rede privada de saúde ofereça leite separado para mães de natimorto e mães com óbito fetal e, se necessário ou solicitado, com acompanhamento psicológico.	Deputado Castello Branco	favorável	
2	Projeto de lei 300/2013	Deputado Welton Gasparini	Dispõe que o Estado oferecerá assistência jurídica integral e gratuita aos policiais militares que, no exercício de suas funções, envolvam-se ou sejam implicados em casos que demandem tutela jurídica, seja judicial ou extrajudicial.	Deputado Castello Branco	favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários	
3	Projeto de lei 372/2015	Deputado Feliciano Filho	Dispõe sobre a obrigatoriedade da emissão de certificado de origem dos animais, no ato de sua venda, pelos estabelecimentos comerciais do Estado.	Deputado Ricardo Mellão	favorável, com emenda	
4	Projeto de lei 662/2015	Deputado Celso Nascimento	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de sistemas de captação de energia solar e reaproveitamento de água de chuva na construção de novos prédios, centros comerciais e condomínios residenciais no âmbito do Estado.	Deputado Delegado Olim	favorável, com emenda	

5	Projeto de lei 504/2016	Deputado Adilson Rossi	Institui a Política Estadual de Formação e Capacitação Continuada de Mulheres para o Mundo do Trabalho.	Deputado Alex de Madureira	favorável	
6	Projeto de lei 508/2016	Deputado Afonso Lobato	Dispõe sobre a impressão em papel de material de cunho informativo ou promocional dos órgãos da administração direta, indireta e fundacional do Estado.	Deputado Delegado Olim	favorável	
7	Projeto de lei 883/2017	Deputado Gil Lancaster	Institui o "Dia Estadual do Parkinsoniano".	Deputado Castello Branco	favorável ao projeto e à emenda apresentada pela CCJR	
8	Projeto de lei 25/2018	Deputado Léo Oliveira	Dispõe sobre a colocação de telas de proteção em espaço aéreo nas unidades prisionais.	Deputado Delegado Olim	favorável	
9	Processo 6759/2013	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. GCRMC 1115/2013 - TCs 011399/026/08 e 007368/026/08 - Julgou irregulares os contratos celebrados com a FDE e a empresa Construmik Comércio e Construção Ltda.	Deputado Delegado Olim	que concorda com a decisão do TCE, solicita envio de ofícios à PGE e ao MP, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade, com posterior arquivamento dos autos	
10	Processo 6912/2015	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. C.CSEB 1748/2015 - TC-012316/026/05 - Julgou irregulares o Segundo Termo de Aditamento celebrado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação-FDE e a empresa JHD Construções e Comércio Ltda.	Deputado Delegado Olim	que reconhece a decisão do TCE e, por não caber mais a sustação do contrato, propõe arquivamento, após remessa de ofícios ao MP e à PGE, com vistas aos efeitos dos atos praticados com irregularidade	
11	Processo 7637/2015	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE S.PAULO	Of. CGC.ARC 1527/2015 - TC-42907/026/10 - Julgou irregulares os termos aditivos e modificativos celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo- DER e a empresa S.O. Pontes Engenharia Ltda.	Deputado Dirceu Dalben	propondo PDL, reformando a decisão do TCE	

PARA DELIBERAÇÃO:

- Item 12 - Requerimento CFOP nº 2/19, do Deputado Paulo Fiorilo, para convite ao Secretário Estadual da Fazenda e Planejamento, Senhor Henrique Meirelles, para

vir prestar informações detalhadas sobre os dados orçamentários e as propostas de contingenciamento já divulgadas pelo Governo'. Vista concedida à Deputada Carla Morando em 8/5/19.

PARA CIÊNCIA:

- Ofício do Deputado Edmir Chedid, informando que oficiou ao Secretário Executivo da Casa Civil referente às emendas parlamentares impositivas para 2019 de sua autoria, relatando que, após verificação junto às respectivas Secretarias de Estado, concluiu-se por alterações em algumas emendas e, com relação às demais, não há ajustes técnicos necessários, estando, portanto, aptas a serem executadas.